

# **A relação custo-benefício socioeconômica da pós-graduação: uma análise na percepção dos mestres em contabilidade da Universidade Federal de Santa Catarina**

**Tiago Guimarães Barth** (UFSC) - tiagobarth85@hotmail.com

**Altair Borgert** (UFSC) - altair@borgert.com.br

**Leila Chaves Cunha** (UFSC) - leila@unidavi.edu.br

**Sandra Rolim Ensslin** (UFSC) - sensslin@gmail.com

## **Resumo:**

*Este artigo tem como objetivo identificar a relação custo-benefício da pós-graduação, no âmbito pessoal socioeconômico, segundo a percepção dos egressos da pós-graduação em contabilidade da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Por meio de um survey, a pesquisa tem caráter descritivo com abordagem qualitativa e quantitativa de percepções sociais e econômicas dos egressos, cujos principais custos sociais estão relacionados à alta dedicação temporal necessária ao mestrado e representam diminuição/dificuldade em relacionamento familiar, interpessoal e trabalhista, lazer, cuidados com a saúde e estresse. A dedicação extraclasse foi superior a 30 horas semanais para 42,9% dos respondentes, cujas motivações foram alcançadas para a maioria, enquanto candidatos ao mestrado. O curso ofereceu/desenvolveu fatores importantes para com as atividades atuais dos egressos, como formação teórica (básica e aplicada), experiência em pesquisa, pensamento crítico, atualização dos conhecimentos na área e contatos acadêmicos ou profissionais. Em termos econômicos, os candidatos podem levar em consideração custos de oportunidade, bem como custos referentes às atividades do mestrado (15% da renda pessoal comprometida, em média) e tempo de curso. Ainda, 51,43% dos mestres obtiveram aumento salarial significativo (com mudança de classe social), 40% obtiveram bônus educacional baixo ou nulo (sem mudança de classe social) e 8,57% negativo (com piora de classe social). Finalmente, apresenta-se um cálculo para decisão sobre a viabilidade econômica do curso, levando-se em consideração custos específicos individualizados e as expectativas de retorno financeiro, em que o bônus educacional, com base neste estudo, chegou a 47% para o mestrado, com retorno financeiro real de 22,64%.*

**Palavras-chave:** Pós-graduação. Teoria do Capital Humano. Economia da Educação.

**Área temática:** Metodologias de ensino e pesquisa em custos

## **A relação custo-benefício socioeconômica da pós-graduação: uma análise na percepção dos mestres em contabilidade da Universidade Federal de Santa Catarina**

### **Resumo**

Este artigo tem como objetivo identificar a relação custo-benefício da pós-graduação, no âmbito pessoal socioeconômico, segundo a percepção dos egressos da pós-graduação em contabilidade da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Por meio de um *survey*, a pesquisa tem caráter descritivo com abordagem qualitativa e quantitativa de percepções sociais e econômicas dos egressos, cujos principais custos sociais estão relacionados à alta dedicação temporal necessária ao mestrado e representam diminuição/dificuldade em relacionamento familiar, interpessoal e trabalhista, lazer, cuidados com a saúde e estresse. A dedicação extraclasse foi superior a 30 horas semanais para 42,9% dos respondentes, cujas motivações foram alcançadas para a maioria, enquanto candidatos ao mestrado. O curso ofereceu/desenvolveu fatores importantes para com as atividades atuais dos egressos, como formação teórica (básica e aplicada), experiência em pesquisa, pensamento crítico, atualização dos conhecimentos na área e contatos acadêmicos ou profissionais. Em termos econômicos, os candidatos podem levar em consideração custos de oportunidade, bem como custos referentes às atividades do mestrado (15% da renda pessoal comprometida, em média) e tempo de curso. Ainda, 51,43% dos mestres obtiveram aumento salarial significativo (com mudança de classe social), 40% obtiveram bônus educacional baixo ou nulo (sem mudança de classe social) e 8,57% negativo (com piora de classe social). Finalmente, apresenta-se um cálculo para decisão sobre a viabilidade econômica do curso, levando-se em consideração custos específicos individualizados e as expectativas de retorno financeiro, em que o bônus educacional, com base neste estudo, chegou a 47% para o mestrado, com retorno financeiro real de 22,64%.

Palavras-chave: Pós-graduação. Teoria do Capital Humano. Economia da Educação.

Área Temática: Metodologias de ensino e pesquisa em custos.

### **1 Introdução**

A educação geralmente é uma boa maneira de garantir e aumentar a renda das pessoas, mesmo em meio à crise econômica global, de acordo com a *Organisation for Economic Co-operation and Development – OECD* (OECD INDICATORS, 2013). No Brasil, o aumento de renda pessoal advindo da educação superior (bônus educacional) é o maior entre os 32 países analisados pela OECD, bem como é 50% maior do que o país segundo colocado no mesmo ranking. As taxas de retorno para a realização de investimentos em educação no país são elevadas, mas, por outro lado, revelam a falta de trabalhadores devidamente qualificados no mercado. Segundo Schultz (1967), quando os benefícios provenientes da educação ocorrem no futuro, a instrução se caracteriza como investimento. Um estudo recente mostra que os brasileiros cujo nível de instrução mais elevado é o mestrado recebem remuneração média 84% superior aos que apenas concluíram o curso superior (CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS – CGEE, 2013).

A educação e o trabalho estão inter-relacionados. O trabalho começou quando o homem buscou os meios para a satisfação das suas necessidades. Na medida em que a

satisfação é alcançada, surgem novas necessidades e criam-se novas relações sociais que ampliam as modalidades de trabalho (OLIVEIRA, 2003). Dentre estas modalidades está a acadêmica, representada por professores e pesquisadores. Smith (1996), explica que as habilidades provenientes da educação são um bem de natureza econômica e possuem um custo para quem os adquire. Este custo educacional é, ou pelo deveria ser, recompensado pela remuneração proveniente do trabalho. O crescimento do investimento em educação (capital humano) é um fenômeno crescente no mundo, principalmente nos países desenvolvidos. A teoria do capital humano é aplicada plenamente por aqueles países na educação, relações de trabalho e também na economia. O conhecimento científico e a pesquisa tornaram-se forças propulsoras da economia, já que promovem oportunidades de inovação, geram novas tecnologias e modalidades de trabalho. Esse conhecimento é a capacidade de aplicar uma informação a um trabalho ou a um resultado específico (CRAWFORD, 1994).

O governo brasileiro prevê, mediante o Plano Nacional de Educação (2011-2020) no âmbito da educação superior, uma elevação da qualidade pela ampliação da atuação de mestres e doutores nas instituições de educação superior para 75%, no mínimo, do corpo docente em efetivo exercício, dos quais 35% devem ser doutores. Agências de fomento, como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, colaboram para o alcance destas metas nacionais por meio da distribuição de bolsas de estudo para mestrandos e doutorandos (atualmente, com valores de R\$ 1.500 e R\$ 2.200 respectivamente) que podem despertar o interesse por estes níveis de instrução.

Existem diversos fatores que colaboram para a realização do mestrado e do doutorado, embora o financeiro seja um dos principais. Respeitabilidade, reconhecimento acadêmico e profissional, diferenciação profissional, espírito acadêmico, amadurecimento pessoal, produção acadêmica, oportunidades na carreira, autonomia profissional, habilidades cognitivas, competências analíticas, empregabilidade, prestígio, produtividade, mobilidade profissional, responsabilidade social, status, remuneração, promoção social, estabilidade profissional, estilo de vida e realização/satisfação pessoal são fatores que se alteram com o título de doutorado em contabilidade (CUNHA; CORNACIONE JR; MARTINS, 2010). Neste contexto, surge a necessidade de obter parâmetros de custos, benefícios e suas relações, para o curso de mestrado. Em função do campo de atuação, da área de conhecimento, da região, entre outros, os retornos podem ser menos ou mais atrativos. Neste sentido, propõe-se a seguinte questão: Qual a relação custo-benefício da pós-graduação, no âmbito pessoal socioeconômico, segundo a percepção dos egressos da pós-graduação em contabilidade da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC?

Para responder a pergunta de pesquisa, tem-se como objetivo identificar a relação custo-benefício da pós-graduação, no âmbito pessoal socioeconômico, segundo a percepção dos egressos da pós-graduação em contabilidade da UFSC.

A realização desta pesquisa se justifica pelo atendimento dos critérios de importância, originalidade e viabilidade (CASTRO, 1977). A importância para o desenvolvimento do estudo está no contexto social, pois é necessário oferecer subsídios para que possíveis interessados na pós-graduação em contabilidade optem ou não por cursá-la com base em dados cientificamente comprovados. Além disso, faz-se necessário esclarecer aos candidatos se de fato as ações governamentais são suficientes para cobrir os custos para o aluno e/ou gerar benefícios futuros que validem o interesse dos candidatos a mestres por despender recursos e tempo na pós-graduação. A presente pesquisa é original uma vez que não foram identificados estudos de custo-benefício da pós-graduação em contabilidade na percepção dos mestres, embora alguns apresentem fatores que se alteram com o título de doutorado e outros que trazem uma ideia do retorno financeiro pessoal do investimento em mestrado. Já, o critério de viabilidade é atendido pelo acesso comunicativo aos egressos.

## 2 Referencial teórico

A educação tem papel importante no aumento das modalidades de trabalho, na produtividade e na renda dos trabalhadores. Adam Smith já previa a influência da escolaridade sobre o mercado de trabalho. Em seu livro *Riqueza das nações – Wealth of nations* (1776) introduziu a noção do ser humano como capital o que mais tarde se tornaria a ciência do capital humano. Segundo Schultz (1967), que é um dos pioneiros da Teoria do Capital Humano, a cada dia as pessoas investem em si mesmas, por meio da educação formal e do treinamento. Desta forma, as habilidades adquiridas pelo indivíduo ampliam sua produtividade e exercem influência na formação de capitais. Vários estudos comprovam que a escolaridade proporciona benefícios aos indivíduos, tanto do Brasil, como no mundo: Sobel (1978), concluiu que as taxas de retorno por profissão variam de acordo com o país; (Lam e Levinson, 1990); Langoni, 1973; Senna 1976; Ramos, 1991; Tannen, 1991; registraram altas taxas de retorno; (Frezatti e Kassai, 2003); Machado, 2003; trataram da influência da escolaridade na carreira (CUNHA, CORNACHIONE JUNIOR & MARTINS, 2010).

Cunha, Cornachione Junior e Martins (2010) identificaram alterações significativas nos 19 fatores influenciáveis pela titulação de doutorado em ciência contábeis, inclusive sociais, o que faz com que este seja um dos poucos trabalhos existentes no que diz respeito às inter-relações socioeconômicas entre curso e aluno/egresso. Ao ingressarem no doutorado os pesquisados buscavam seguir ou aprimorar a carreira de pesquisador, além da obtenção de melhor nível de renda, entre outros fatores. Os efeitos da titulação foram observados na qualidade de vida e nas oportunidades profissionais e sociais. Quanto aos rendimentos, foram bastante acentuados. 41,5% auferiam renda de até R\$ 5.000 no ingresso do doutorado, já na data daquela pesquisa 93,1% dos doutores auferiam renda atual superior a R\$ 5.000. Todos os fatores sociais e econômicos foram avaliados positivamente pelos egressos daquele doutorado, embora alguns em menor intensidade.

Segundo Coates e Edwards (2011), na Austrália, existe forte demanda por profissionais altamente qualificados, que na maioria das vezes são exclusivos e provenientes de universidades muito qualificadas. Portanto, é importante um grupo forte e bem equipado de pós-graduações a fim de atender o mercado de trabalho australiano. Garantir que os titulados sejam bem sucedidos no mercado de trabalho facilita o crescimento da economia. É importante que haja compreensão do caminho tomado pelo graduado na sequência à conclusão de seu curso. Ser inserido no mercado de trabalho logo após o término da graduação é importante, mas não menos importante que isso é ter consciência que muitas carreiras levam vários anos para se desenvolver. Uma pós-graduação poderia servir de catalizador deste processo.

Martins e Monte (2009) traçaram um perfil dos mestres egressos do Programa Multi-institucional e Inter-regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da UnB/UEPB/UFPE/UFRRN, cuja remuneração média percebida pelos respondentes no momento de seu ingresso era de R\$ 3.968,31 (76,04% composta pelas atividades relacionadas ao mercado e 23,96% pelas atividades relacionadas à academia). A remuneração média atual dos mestres em Ciências Contábeis é de R\$ 7.486,97 ainda composta, em sua maioria, pela remuneração proveniente do mercado de trabalho (67,44%).

Lordêlo e Verhine (2001) abordaram os benefícios econômicos de investimentos individuais e sociais em cursos de mestrado e doutorado para professores do ensino universitário. Os resultados demonstraram que os cursos são ótimas opções de investimento para o mercado de ensino superior, com exceção dos profissionais que têm dedicação parcial às instituições e múltiplos vínculos empregatícios que implicam em alta renda sacrificada ao se optar pelos cursos. Entretanto, mesmo para estas exceções o curso pode ter sido positivo em termos psicológicos e sociais.

Frenette (2004) analisou a relação entre programas acadêmicos do Canadá e a

incidência, persistência e retorno econômico para a *overqualification* (qualificação além da exigida). Os resultados demonstram que cerca de um terço dos graduados canadenses foram superqualificados para o seu emprego logo após a formatura, no início de 1980. No entanto, esta taxa diminuiu nos anos de 1990. Além disso, mostram pouca melhoria nos anos após a graduação. Mais da metade de todos os egressos dos programas de mestrado são superqualificados para seu trabalho principal, mesmo cinco anos depois de se formar. Alunos de programas mais longos (bacharelado e doutorado) tem menor probabilidade de ser superqualificados do que os graduados em programas com bacharelado e mestrado apenas. *Overqualification* pode não ser um problema grave se os graduados só permanecem superqualificados por curtos períodos de tempo. Infelizmente, o estudo indica que os *overqualified* que estiveram fora do mercado de trabalho por dois anos são muito mais propensos a continuar ainda superqualificados e fora do mercado, cinco anos após a conclusão do curso.

Anchora et al. (2011) pesquisaram expectativas para alunos de escolas de negócios quanto ao retornos financeiros do ensino superior na República Checa e Inglaterra. A taxa de retorno esperada para os homens e mulheres na Inglaterra são respectivamente 15,27% e 14,07%. Na República Checa esses percentuais variam entre 11,50% e 12,33%. As expectativas de retorno aumentam 50% depois de 10 anos após a formatura. Além disso, os resultados demonstram que, de modo geral, os retornos esperados aumentam com a experiência de trabalho o que sugere que os benefícios da educação superior são maiores no médio prazo do que imediatamente após a formatura.

Segundo Coates e Edwards (2011), na Austrália, o salário médio dos empregados com pós-graduação aumentou de \$ 38.000 dólares a \$ 60.000 dólares australianos nos primeiros cinco anos de conclusão do curso (aumento de 58%). No período de cinco anos, o salário, para 50% dos titulados, variou de \$ 47.726 a \$ 78.000. É um resultado favorável se comparado o salário médio, que era de \$ 46.332, para todos os trabalhadores na Austrália do momento (ABS, 2008).

Elish e O'Connell (2010) analisaram os retornos econômicos para diferentes campos de estudo na Irlanda em 2004. Os resultados demonstram que os retornos são: Medicina e Veterinária (38%); Educação (36,3 %); Ciências Sociais (14,7%); Engenharia e Arquitetura (13,4 %); Ciências (12,7 %); e, Computadores e TI (7,5 %), enquanto as áreas de Negócios e Direito os retornos são menos significativos.

### **3 Metodologia**

A presente pesquisa é descritiva na medida em que procura caracterizar minuciosamente a realidade de determinada população como esta é, sem a preocupação de modificá-la. Segundo Triviños (2009), este tipo de pesquisa é muito utilizada no campo da educação, cujo foco é conhecer a comunidade e suas características.

Este estudo se utiliza de dados primários já que foram coletados por meio de questionários. A lógica de pesquisa é indutiva, pois parte das premissas dos fatos observados para se chegar a uma conclusão que contenha informações sobre fatos ou situações não observadas, perfazendo o caminho do particular para o geral (RICHARDSON, 2008).

Para responder à pergunta de pesquisa, adotou-se uma abordagem quali-quantitativa. De acordo com Richardson (2008), as pesquisas qualitativas descrevem a complexidade do problema, analisando a interação de certas variáveis, compreendendo e classificando processos dinâmicos vividos por grupos sociais. Assim devido a descrição qualitativa proveniente da análise entre custos e benefícios dos mestres, classificações e características sociais abordadas, é possível caracterizar a pesquisa como qualitativa. No entanto, a pesquisa é também quantitativa, pois se optou, por dar tratamento estatístico aos dados além de análises

e caracterização de resultados numéricos. Segundo Martins e Theóphilo (2007), uma avaliação é quantitativa quando organiza, sumariza, caracteriza e interpreta os dados numéricos coletados. Triviños (2009, p. 118) ressalta que “toda pesquisa, pode ser, ao mesmo tempo, quantitativa e qualitativa”.

Quanto ao procedimento técnico utilizado, esta pesquisa é do tipo *survey* (levantamento). Segundo Gil (2002), as principais vantagens dos levantamentos são: conhecimento direto da realidade, economia, rapidez e quantificação.

A população alvo do estudo compreende os mestres em contabilidade da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, desde a fundação do curso em 2004 até 18 de maio de 2013, no total de 79 mestres. Ressalta-se que o estudo é amostral, pois o total de respostas obtidas somou 35, ou seja, 44,03% da população. Como a população é pequena, calculou-se o número de egressos respondentes que garantiria estatisticamente a generalização de resultados como se fosse observada à população total. Sendo assim, baseando-se em Gil (1999), foi estabelecido um nível de confiança de 95% ( $\sigma = 1,96$ ), a percentagem de respostas esperadas ( $p = 0,44$ ), a percentagem complementar ( $q = 0,66$ ) e o erro máximo permitido para a amostra ( $e = 0,05$ ), conforme a Figura 1 a seguir:

$$n = \frac{\sigma^2 \cdot p \cdot q \cdot N}{e^2(N-1) + \sigma^2 \cdot p \cdot q} \rightarrow n = \frac{1,96^2 \cdot 0,44 \cdot 0,66 \cdot 79}{0,05^2(79-1) + 1,96^2 \cdot 0,44 \cdot 0,66} \rightarrow n = \frac{88,13}{1,31} \rightarrow n = 67,27$$

Figura 1 – Número de Respondentes que garantiriam generalizações de resultados

Assim, devido a não possibilidade de generalização dos resultados salienta-se que as análises de resultados e conclusões são exclusivamente da amostra, não servem para generalizações de populações e é também a limitação da presente pesquisa. Deste modo os resultados servem apenas para a amostra e com a finalidade de obter parâmetros, comparações e levantamento de opiniões. Entretanto, a relação principal obtida (fórmula ao final da análise de resultados) poderia sim ser estendida a diversas populações parecidas.

Para o desenvolvimento da pesquisa utilizou-se, como instrumento de coleta de dados, um questionário com perguntas fechadas e abertas, inicialmente aplicado por meio de pré-teste para 7 respondentes, o que resultou na versão final, dividida em 4 blocos: Características Gerais; Levantamento de Possíveis Custos; Levantamento de Possíveis Benefícios; Relações Custo-Benefício. Os questionários foram encaminhados via e-mail, com uma breve apresentação, para os 79 mestres e após uma semana, encaminhou-se novamente um lembrete para os que ainda não haviam respondido, a fim de obter um maior número de respondentes. Após isso nova tentativa com e-mails alternativos dos egressos, do total, 98,73% dos e-mails chegou aos destinatários. Ao final do questionário uma mensagem de agradecimento pela participação foi exibida para cada respondente.

Os dados são então organizados em tabelas para facilitar a análise, que é realizada utilizando-se estatística descritiva. Além disso, utiliza-se a técnica de triangulação que, segundo Triviños (2006) tem por objetivo abranger maior amplitude na descrição dos dados, e parte do princípio de que não é impossível conceber a existência isolada de um fenômeno social.

#### 4 Apresentação e análise dos resultados

Diversas avaliações e percepções de fatores dos respondentes foram pesquisadas, tanto as sociais quanto as econômicas. A Tabela 1 apresenta aspectos relacionados à idade e tempo para realizar o mestrado.

Tabela 1 – Idade e percurso acadêmico

Tratamento Estatístico	Idade atual	Idade de conclusão da primeira graduação	Idade de ingresso no mestrado	Tempo de curso do mestrado
<b>Média</b>	35,4 anos	24,4 anos	31,17 anos	2 anos e 1 mês
<b>Moda</b>	35 anos	22 anos	22 anos	2 anos
<b>Mediana</b>	35 anos	23 anos	30 anos	2 anos
<b>Desvio Padrão</b>	8,48 anos	3,14 anos	8,26 anos	5 meses

Fonte: Dados da Pesquisa.

A idade dos egressos, quando da conclusão do mestrado, é de 33,17 anos, em média (idade acima dos padrões internacionais), embora o desvio padrão seja considerável. Este resultado revela o fator tempo disponível de serviço, com menor retorno financeiro, já que mestres com idade de formação tardia teriam menor tempo disponível de serviço, após o mestrado, antes da aposentadoria ou do óbito. Nota-se que parte dos mestres emendou o mestrado com a graduação (14,3%), apesar disso se passaram 6,77 anos em média, para os respondentes, entre término da graduação e início do mestrado, tempo este que, para a maioria dos respondentes (82,86%), serviu de experiência profissional antes de retornarem para academia. Quanto ao tempo de curso, a demora leva a custos maiores para o aluno e menor tempo de retorno financeiro possível.

A seguir destacam-se outras informações, além das evidenciadas na Tabela 1: a) a graduação de origem (primeira) dos mestres em contabilidade é de 82,86% em Ciências Contábeis e destes, 1 cursou uma segunda graduação (Matemática – licenciatura); b) 11,43% fizeram o curso de Administração como primeira graduação e, posteriormente, 3 deles cursaram Ciências Contábeis; c) 5,71% cursaram Direito, um cursou contabilidade em seguida, logo, 94,3% dos respondentes possuem graduação em Ciências Contábeis como primeira ou segunda graduação (nenhum possuía mais de duas).

Esses resultados podem indicar a baixa interdisciplinaridade e mobilidade entre os cursos de diversas áreas. Um economista cursando mestrado em contabilidade, por exemplo, abriria um leque maior de oportunidades profissionais e de aprendizado, esse ponto também pode ser considerado pelos candidatos ao mestrado em contabilidade.

A continuidade dos estudos dos mestres após o curso também foi questionada e apresentou os resultados da Tabela 2 abaixo:

Tabela 2 - Continuidade dos estudos após o mestrado

Continuou os Estudos	16	45,71%	Doutorado em Contabilidade	9	25,71%
			Doutorado em Administração	3	8,57%
			Doutorado em outras áreas	1	2,86%
			Especializações e/ou cursos em algum ramo da contabilidade	2	5,71%
			Especialização e/ou cursos em outras áreas	1	2,86%
Não Continuou os Estudos	19	54,29%	Não pretendem continuar	1	2,86%
			Pretendem continuar	15	42,86%
			Indecisos quanto a continuidade	3	8,57%

Fonte: Dados da Pesquisa.

Os resultados da continuidade dos estudos após o mestrado são bem variados. 37,14% dos respondentes cursam, ou cursaram doutorado. 8,57% dos mestres cursam, ou cursaram especializações e/ou outros cursos. Os demais (54,29%) ainda não deram continuidade aos estudos após o mestrado. Este resultado pode indicar o mestrado como último estágio educacional para boa parte dos candidatos, denotando suficiência no âmbito profissional e de realização/satisfação pessoal, ambos reafirmados no levantamento de benefícios mais adiante. O fato de 37,14% estarem no estágio educacional de doutoramento não anula essa inferência,

pois a maioria dos vínculos de docência do Brasil privilegia e por vezes até impõe o título de doutor para professores.

Os mestres foram questionados, também, sobre diversos fatores pessoais, tais como o grau de intensidade de custos sociais e psicológicos que tiveram durante o mestrado. Para tal solicitou-se a atribuição de uma nota de 1 a 10 para os itens relacionados na Tabela 3.

Tabela 3 - Custos Sociais e psicológicos na realização do mestrado

<b>Custos Sociais e Psicológicos</b>	<b>Média</b>	<b>Mediana</b>	<b>Moda</b>	<b>Desvio Padrão</b>
Desgaste em relacionamentos interpessoais	6,69	8	8	2,63
Ausência do convívio familiar	8,17	9	10	2,39
Dificuldade em conciliar as atividades de trabalho com o mestrado	6,97	8	10	2,98
Estudar nos finais de semana e feriados	8,63	10	10	2,53
Desgaste com viagens	6,20	7	8	3,17
Estresse (pressão psicológica)	8,40	10	10	2,32
Diminuição dos momentos de lazer	8,46	10	10	2,62
Diminuição dos cuidados com a saúde (exercício físico, alimentação)	8,00	9	10	2,54

Fonte: Dados da Pesquisa.

Observa-se, na Tabela 3 que, de forma geral, os resultados são homogêneos para todos os itens, e com relevância significativa. O item de menor evidênciação foi o de desgaste com viagens que é também o item com maior desvio padrão, pois nem todos os mestres moravam fora da cidade. Assim, neste item, o importante para o candidato entender é que o mestrado demanda certos sacrifícios (custos) sociais e psicológicos relevantes na decisão pelo curso.

A Tabela 4 a seguir, mostra a dedicação extraclasse ou tempo que os mestres despendem em função do mestrado fora do horário das aulas.

Tabela 4 – Dedicação aos estudos - extraclasse

<b>Horas por semana</b>	<b>Respondentes</b>	<b>%</b>
De 0 até 5	1	2,9
Mais de 5 até 10	4	11,4
Mais de 10 até 15	2	5,7
Mais de 15 até 20	7	20,0
Mais de 20 até 25	4	11,4
Mais de 25 até 30	2	5,7
Mais de 30	15	42,9

Fonte: Dados da Pesquisa.

A Tabela 4 evidencia que 42,9% dos respondentes dedicaram mais de 30 horas semanais de estudos extraclasse. O desenvolvimento da pesquisa, do pensamento crítico e do exercício da docência é um processo lento e de contínua dedicação, muitas vezes em detrimento de atividades profissionais e humanas básicas.

Na Tabela 5 evidencia-se o vínculo empregatício dos respondentes antes do início do mestrado e o vínculo atual. Ressalta-se que o número total de respostas é maior que o número de respondentes, pois alguns deles possuem mais de 1 vínculo empregatício, assim o cálculo percentual foi feito dividindo-se a quantidade de vínculos por 35 (respondentes).

Tabela 5 – Vínculos empregatícios

<b>Vínculo empregatício</b>	<b>Antes de iniciar o mestrado</b>	<b>%</b>	<b>Atualmente</b>	<b>%</b>
Bolsa de Doutorado	-		3	8,6
Bolsa pós-doutorado	-		1	2,9
Bolsista de graduação ou fomento	5	14,3	-	-

Dependente	2	5,7	1	2,9
Empregado setor privado	15	42,9	15	42,9
Empregado setor público	13	37,1	18	51,4
Proprietário ou sócio	3	8,6	4	11,4
Autônomo, Consultor, Liberal	3	8,6	4	11,4
<b>Total</b>	<b>41</b>		<b>46</b>	

Fonte: Dados da Pesquisa.

O vínculo empregatício mais evidenciado, antes de iniciar o mestrado, é o empregado do setor privado (42,9%), mas, ressalta-se o alto índice de respondentes na categoria do setor público (37,1%). Atualmente, mantem-se o resultado de 42,9% no setor privado. No entanto, o setor público é o mais evidenciado (51,4%). 25,72% dos respondentes trabalham com múltiplos vínculos empregatícios após o mestrado. Procurou-se também conhecer as motivações que levaram os mestres ao curso. Foram pesquisadas as mesmas motivações propostas por Cunha, 2007. A Tabela 6 demonstra a relevância de cada fator:

Tabela 6 – Fatores que pesaram na decisão de cursar o mestrado

<b>Fatores na opção por cursar o mestrado</b>	<b>Não Pesou</b>	<b>%</b>	<b>Pesou</b>	<b>%</b>
Corrigir deficiências da graduação	25	71,4	10	28,6
Seguir/aprimorar carreira docente	5	14,3	30	85,7
Seguir/aprimorar carreira profissional	3	8,6	32	91,4
Ampliar oportunidades de trabalho	4	11,4	31	88,6
Obter conhecimento aprofundado da contabilidade	2	5,7	33	94,3
Obter elevação de renda	10	28,6	25	71,4
Obter diferenciação profissional	3	8,6	32	91,4
Alcançar prestígio profissional/social	11	31,4	24	68,6
Realização/Satisfação pessoal	1	2,9	34	97,1

Fonte: Dados da Pesquisa.

Todos os fatores motivacionais sugeridos obtiveram alta relevância na opção por cursar o mestrado, com exceção do primeiro (corrigir deficiências da graduação).

Os benefícios sociais e psicológicos provenientes do mestrado foram pesquisados com base em Cunha, 2007, que identificou os fatores que se alteram para o doutorado (com adição do fator realização pessoal sugerido por respondentes). Apresentou-se então 20 fatores aos respondentes que de acordo com o grau de relevância para cada item, deram nota de 1 a 10 para cada um. Os resultados estão evidenciados na Tabela 7.

Tabela 7 – Benefícios sociais e psicológicos

<b>Benefícios sociais e psicológicos</b>	<b>Média</b>	<b>Mediana</b>	<b>Moda</b>	<b>Desvio Padrão</b>
Respeitabilidade e reconhecimento acadêmico/profissional	8,4	9	8	1,5
Diferenciação profissional	8,2	8	8	1,5
Espírito acadêmico	8,4	9	9	1,7
Amadurecimento pessoal	8,4	9	9	1,8
Produção acadêmica	9,0	9	10	1,2
Oportunidades na carreira	8,4	9	9	1,5
Autonomia profissional	7,8	8	8	2,1
Habilidade cognitiva	8,0	8	8	1,8
Competências analíticas	7,9	8	8	2,0
Empregabilidade	7,9	8	9	1,9
Prestígio	7,8	8	8	1,6
Produtividade	8,3	9	9	1,9
Mobilidade profissional	7,9	8	8	1,8

Responsabilidade social	7,2	8	7	2,1
Status	7,8	8	10	2,1
Remuneração	6,9	7	7	2,4
Promoção social	6,7	7	9	2,4
Estabilidade profissional	6,6	8	8	2,8
Estilo de vida	6,0	7	7	2,7
Realização/Satisfação Pessoal	9,0	9	10	1,2

Fonte: Dados da Pesquisa.

Observa-se que todos os fatores pesquisados tiveram avaliação positiva, embora alguns tenham tido menor relevância: estilo de vida (média 6,0), estabilidade profissional (6,6), promoção social (6,7) e remuneração (6,9). Estes fatores obtiveram também os maiores desvios padrões dentre todos os fatores pesquisados e estão inter-relacionados pelos vínculos empregatícios dos mestres, e apesar da avaliação positiva, muitos demonstraram descontentamento, comprovado pelos altos desvios e médias moderadas. Os mestres foram questionados também quanto à contribuição que o mestrado teve para com as atividades atuais dos mestres. Os itens propostos por Cunha, 2007, para o doutorado, são os mesmos questionados nesta pesquisa para mestres e estão relacionados na Tabela 8.

Tabela 8 – Contribuições do Curso para Atividades Atuais dos Mestres.

<b>Contribuições com Atividades Atuais dos Mestres</b>	<b>Nenhuma</b>	<b>%</b>	<b>Poucas</b>	<b>%</b>	<b>Muitas</b>	<b>%</b>
A formação teórica (básica ou aplicada) do mestrado	0	0,0	9	25,7	26	74,3
A experiência em pesquisa no mestrado	1	2,9	1	2,9	33	94,3
A atualização dos conhecimentos em minha área	2	5,7	11	31,4	22	62,9
Contatos acadêmicos/profissionais durante o mestrado	1	2,9	12	34,3	22	62,9
Desenvolvimento do pensamento crítico	0	0,0	5	14,3	30	85,7

Fonte: Dados da Pesquisa.

Todos os itens pesquisados tiveram avaliação positiva com destaque para experiência em pesquisa e desenvolvimento do pensamento crítico.

Os custos financeiros também foram mensurados. Um fator relevante na decisão pelo mestrado é o custo de oportunidade. Entende-se por custo de oportunidade, neste caso, quaisquer outras opções que o candidato deixou de escolher em decorrência do curso. O candidato deve ter em mente que os custos de oportunidade não são apenas de melhores ou piores relações trabalhistas com mais alta remuneração. O tempo envolvido e a aplicação de valores monetários utilizados (durante o curso) em possíveis outros investimentos e/ou empreendimentos também são relevantes. Os valores monetários dos respondentes foram medidos ao longo do prazo normal do curso, 2 anos. Os resultados apresentados pelos respondentes quanto às oportunidades estão evidenciados na Tabela 9.

Tabela 9 - Custo de oportunidade financeiro na opção pelo mestrado

<b>Custo de Oportunidade</b>	<b>Mensuráveis pelos mestres</b>	<b>Média</b>	<b>Mediana</b>	<b>Desvio Padrão</b>
Valores	12	R\$ 63.720,00	R\$ 38.400,00	R\$ 75.979,00

Fonte: Dados da Pesquisa.

Dos respondentes (12) 34,29% citaram o valor das oportunidades perdidas (tiveram condições de mensurar este tipo de custo). 17,14% responderam haver oportunidades financeiras perdidas, mas não quiseram citar os valores ou não eram mensuráveis. 48,57% responderam não ter oportunidades financeiras perdidas. Deste modo, o custo de oportunidade foi relevante para 51,43% dos respondentes. Observa-se que as oportunidades perdidas obtiveram desvio padrão elevado, o que revela situações bem diferenciadas para cada

respondente. Destaca-se que dentre as principais oportunidades perdidas, as mais citadas foram: a) propostas de emprego (de valores superiores ao valor da bolsa de mestrado); b) redução da jornada de trabalho (com conseqüente redução salarial); c) demissões de empregos anteriores (em função da carga horária do mestrado ou dedicação exclusiva através da bolsa de mestrado); e d) perda de benefícios (licença prêmio, férias remuneradas). O maior valor monetário “perdido” mencionado foi de R\$ 288.000 ao longo dos 2 anos de curso. É preciso mencionar que pelo menos 48,57% dos respondentes não consideraram investir os gastos que teriam com o mestrado ao invés de cursá-lo.

Outro custo financeiro envolvido é referente às atividades do mestrado, como: inscrições e viagens para eventos; livros e material de estudo; diárias e gastos de deslocamento. Para a UFSC não há valor de mensalidade do curso já que é uma instituição pública e gratuita. Assim a Tabela 10 a seguir relaciona o percentual de renda comprometido com as atividades do mestrado no período durante o curso.

Tabela 10 – Percentual de renda sacrificada em atividades do mestrado

Intervalo	Respondentes	%
De 0 até 10%	11	31,4
Mais de 10 até 20%	8	22,9
Mais de 20 até 30%	11	31,4
Mais de 30 até 40%	2	5,7
Mais de 40 até 50%	1	2,9
Mais de 50%	2	5,7
<b>Total</b>	<b>35</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Dados da Pesquisa.

Os intervalos “de 0 a 10%” e “mais de 20 até 30%” são os mais evidenciados ambos com 31,4% de respondentes cada. A maioria dos mestres (85,42%) gastou de 0 até 30% de suas rendas com atividades relacionadas ao mestrado, na percepção dos respondentes, com média de 15% de renda comprometida. Quanto aos benefícios financeiros constatados, para 16 dos 35 respondentes (45,71%), houve bolsa de estudos concedida pela CAPES. Ressalta-se que é necessário desvincular-se de qualquer emprego para obter o benefício. A duração máxima permitida da bolsa é 24 meses (tempo normal de duração do mestrado). Assim, durante o mestrado o aluno com bolsa obtém auxílio de R\$ 36.000 ao longo de 2 anos. Portanto, eventuais custos de oportunidade inferiores a este valor poderiam ser descartados pelos candidatos (em termos financeiros), pois nas últimas turmas inclusive na atual, não há nenhum aluno interessado em bolsa que esteja sem este benefício, segundo a secretaria e alunos que ingressaram em 2013.

Como forma de avaliar os benefícios financeiros após a titulação, comparou-se a classe social e a renda mensal dos respondentes antes e depois do mestrado, em salários mínimos, conforme descrito na Tabela 11.

Tabela 11 - Classe Social e Renda mensal (Salários Mínimos)

Classe	E		D		C		B		A	
	De 0 a 2	%	Mais de 2 até 4	%	Mais de 4 até 10	%	Mais de 10 até 20	%	Mais de 20	%
Anterior ao ingresso no mestrado	4	11,4	9	25,7	15	42,9	6	17,1	1	2,9
Atualmente	-	-	7	20,0	14	40,0	10	28,6	4	11,4

Fonte: Dados da Pesquisa.

O salário mínimo atual (2013) é de R\$ 678,00. A maior frequência, tanto antes do início do mestrado (42,9%) quanto para salários atuais (40%), está no intervalo “mais de 4 até 10” salários mínimos e são pertencentes a classe C. Embora não seja possível afirmar que as

mudanças de classes sociais ocorreram exclusivamente em função da titulação observa-se que não há atualmente nenhum mestre auferindo renda inferior a R\$ 1.356,00 (Classe E) e que após o mestrado os pertencentes às classes A e B aumentaram significativamente. Ressalta-se que o mestrado em contabilidade da UFSC é um curso com menos de uma década de existência o que leva ao fator experiência profissional dos mestres já que a maioria dos respondentes possui menos de 5 anos de trabalho após a titulação, o que certamente influencia diretamente nos salários auferidos. Assim quanto ao bônus educacional, o que se pode afirmar nesta pesquisa é que 51,43% dos mestres obtiveram aumento salarial significativo (com mudança de classe social). 40,00% obtiveram bônus educacional baixo ou nulo (sem mudança de classe social) e ainda 8,57% negativo (com piora de classe social), pelo menos até o momento. Esses resultados explicam o alto desvio padrão e notas mais baixas em fatores pesquisados relacionados ao nível de renda dos mestres, promoção social e estabilidade profissional.

É importante salientar que exatamente a metade dos mestres que obtiveram melhoria salarial (com mudança de classe social), cursou também o doutorado, denotando que níveis mais altos de instrução corroboram com níveis de renda mais elevados. Essa afirmação foi possível já que apenas 12 mestres cursaram ou cursam doutorado em ciências administrativas/contábeis e 9 deles (75%) já obtiveram melhoria de classe e de renda os demais sequer tiveram tempo hábil de se estabelecerem profissionalmente. Como a essência de qualquer mestrado acadêmico é formar docentes, procurou-se obter informações quanto aos vínculos empregatícios e rendas provenientes da docência, conforme a Tabela 12.

Tabela 12 – Exercício da docência

<b>Exercício da docência como atividade remunerada</b>	<b>Mestres na docência</b>	<b>Mestres que citaram o salário de docente</b>	<b>Média</b>	<b>Mediana</b>	<b>Desvio padrão</b>
Antes do ingresso no mestrado	12	11	R\$ 2.636	R\$ 1.500	R\$ 2.016
Atualmente	21	15	R\$ 3.846	R\$ 3.500	R\$ 2.130

Fonte: Dados da Pesquisa.

Em média, o aumento salarial proveniente da docência após a titulação foi de 45,9%. O maior salário de docência mencionado foi de R\$ 7.200, entretanto o desvio padrão elevado e as medianas baixas evidenciam que são poucos os professores com remuneração elevada. Outro resultado evidenciado é que apenas 60% dos mestres pesquisados atuam na docência, vários deles ministram uma ou poucas disciplinas. Barth (2012) registra que de todos os mestres em contabilidade da UFSC formados até 2009 (34 mestres), 27 exerciam docência em 2012, o que correspondia a 79,4%.

Outros resultados relevantes para interessados na docência advêm da qualidade dos vínculos empregatícios. Apenas 34,28% dos respondentes têm a docência como principal atividade remuneratória, 25,72% mescla docência e mercado de trabalho, mas possuem renda superior neste último. Os demais, 40,00%, têm renda proveniente apenas do mercado de trabalho. Desta forma, se um candidato está procurando a docência no mestrado em contabilidade acadêmico da UFSC, deve atentar para o fato de que 65,72% dos respondentes não conseguiram ou não quiseram até o momento, aliar docência com a principal atividade remunerada.

As realidades de custos e benefícios são individuais e merecem tratamento diferenciado. Portanto, formulou-se uma inequação com base nos achados, para que candidatos e mestres possam avaliar a viabilidade do curso individualmente, do ponto de vista econômico já que o social e psicológico não pode ser medido em valores monetários e já foram bem evidenciados nas análises anteriores fornecendo parâmetros suficientes para tomada de decisão.

Para formulação, vincularam-se todos os aspectos econômicos, financeiros e temporais

discutidos no decorrer da análise de dados com adição do fator custo de deslocamento somente para candidatos que não residem em Florianópolis (transporte+estadia+alimentação). O lado direito da inequação reflete o retorno financeiro do mestrado. Para “valer a pena” em termos financeiros, o resultado do lado direito deve ser maior que o esquerdo:

$$RA * T * 12 + (CO + CA + CD) * t < B * 24 + RM * (T * 12 - t)$$

Onde: **RA**= Renda Atual (mensal);

**T**= Tempo no qual auferirá renda (em anos). Note que se utilizar muitos anos os retornos financeiros variam consideravelmente;

**CO**= Custos de Oportunidade financeiros perdidos (mensal);

**CA**= Custo de Atividades do mestrado, como custos de Eventos e Material (mensal);

**t**= tempo que levará para cursar o mestrado (em meses), a média é de 25;

**CD**= Custo de Deslocamento da cidade de origem para Florianópolis (mensal);

**B**= Valor da Bolsa, deixar como “0” caso não queira, o atual é R\$1.500 (mensal);

**RM**= Renda de Mestres em contabilidade (mensal), se quiser inserir a média salarial de docentes encontrada nesta pesquisa utilize: R\$3.847. Se quiser inserir a média salarial geral (mercado de trabalho e docência) utilize R\$6.983.

É preciso lembrar que se o candidato, que é de fora da cidade, pretende residir em Florianópolis, deve levar em consideração o custo de vida florianopolitano que é muito superior a grande maioria das cidades brasileiras, com raras exceções. Nestes casos deve-se acrescentar essa variação de seu custo de vida pessoal ao lado esquerdo da equação substituindo a variável “CD” por “CV” de custo de vida, já que ao invés de ter custo de deslocamento terá seu custo de vida modificado a maior.

Para efeito informativo e explicativo calculou-se a inequação formulada com os valores médios estimados, encontrados nesta pesquisa:

$$RA * T * 12 + (CO + CA) * t < B * 24 + RM * (T * 12 - t)$$

Observação: Esta fórmula seria para candidatos residentes em Florianópolis.

Com: **RA**= 4.746 (média de 7,0 salários mínimos multiplicados por R\$678 atuais)

**T**= 31,83 (que é a média de idade pela qual o indivíduo se aposenta menos a média de idade que os mestres se formaram, 65-33,17=31,83 anos).

**t**= 25 meses (conforme média da tabela 1)

**CO**= 63.720/24 meses=2.655 mensais (conforme a tabela 9)

**CA**= 4.746\*0,15=712 mensais (média de 15% dos rendimentos atuais)

**B**= 0 (no caso de aluno sem bolsa)

**RM**= 6.983 (média de 10,3 salários mínimos multiplicados por R\$678 atuais)

Cálculo:

$$4.746 * 31,83 * 12 + (2.655 + 712) * 25 < 0 * 24 + 6.983 * (31,83 * 12 - 25)$$

$$1.963.847 + 84.175 < 0 + 2.492.652$$

$$R\$2.048.022 < R\$2.492.652$$

A diferença de R\$444.630 (lado direito menos esquerdo) é a remuneração extra real dos indivíduos que possuem mestrado e corresponderia a aproximadamente 7 anos e 10 meses de serviço com a remuneração atual (sem o mestrado). Logicamente a outros fatores como a experiência profissional e o doutorado que podem alterar significativamente a renda dos indivíduos, portanto não é possível afirmar que o mestrado é causador de aumento de renda ou que traz benefícios financeiros suficientes que cubram seu custo e tragam o retorno esperado. No entanto, é possível afirmar que os indivíduos que possuem mestrado, nesta pesquisa, obtiveram rendimento superior ao que auferiam antes do início do mestrado, levando-se em conta inclusive o tempo “perdido” no mestrado (já subtraído em numerário). Outra constatação advinda do cálculo é que ao longo de sua carreira trabalhista, após o mestrado, os respondentes auferem renda total 22,64% superior à renda anterior ao mestrado. O bônus educacional (aumento de renda advindo da educação extra), que não leva em conta

os custos individuais do mestrado e o tempo, foi de 47% em média, para os respondentes.

## 5 Conclusão

O objetivo deste trabalho foi identificar a relação custo-benefício da pós-graduação, no âmbito pessoal socioeconômico, segundo a percepção dos egressos da pós-graduação em contabilidade da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. A decisão em cursar ou não o mestrado depende de vários fatores, a respeito de custos e benefícios financeiros e sociais, bem como da relação custo-benefício. Essa pesquisa contribuiu para a tomada de decisão em cursar ou não a pós-graduação em contabilidade da UFSC, tanto pelo ponto de vista social quanto econômico sem deixar de lado as individualidades e custos específicos.

As expectativas dos respondentes, enquanto candidatos ao mestrado eram de realização/satisfação pessoal, obtenção de conhecimento aprofundado da contabilidade, seguir/aprimorar carreira profissional e docente, obtenção de diferenciação profissional, ampliar oportunidades de trabalho, elevação de renda e prestígio profissional/social.

Dentre os custos sociais envolvidos, todos obtiveram relevância significativa, bem como todos os 20 possíveis benefícios sociais advindos da titulação que foram avaliados positivamente. Os principais custos sociais encontrados foram relacionados aos fatores de tempo e de dedicação do qual se desprendem diversos problemas: relacionamento familiar, interpessoal e trabalhista; falta de lazer; diminuição de cuidados com a saúde e aumento do estresse. A dedicação extraclasse foi superior a 30 horas semanais para 42,9% dos respondentes. Os principais benefícios sociais, em ordem decrescente, foram: Realização/satisfação pessoal; Produção acadêmica; Amadurecimento pessoal, Respeitabilidade e reconhecimento profissional/acadêmico; Oportunidades na carreira; Espírito acadêmico; Diferenciação profissional; Habilidades cognitivas; Competências analíticas; Empregabilidade; Mobilidade profissional; Autonomia profissional; Prestígio; Status; Responsabilidade social. Outros benefícios foram avaliados como positivos, mas com menor relevância: Remuneração; Promoção social; Estabilidade profissional; Estilo de vida.

Na visão dos respondentes o mestrado ofereceu/desenvolveu fatores importantes para com suas atividades atuais: formação teórica (básica e aplicada), experiência em pesquisa, pensamento crítico, atualização dos conhecimentos na área e contatos acadêmicos ou profissionais.

Constatou-se que, em âmbito geral, o lado social foi amplamente satisfeito pelo mestrado, portanto se os candidatos ao mestrado possuem disponibilidade alta de tempo, o curso mostra-se como boa opção já que atendeu as expectativas de todos os fatores sociais analisados para a maioria dos respondentes.

Pelo lado econômico e financeiro constatou-se que candidatos ao mestrado, devem levar em consideração os custos de oportunidade envolvidos (relevantes para 51,43% dos respondentes), bem como os custos referentes a atividades do mestrado (15% da renda pessoal comprometida em média). Outra constatação importante advém dos baixos salários de vínculos empregatícios de docência dos respondentes, que passaram de R\$2.636, em média, para R\$3.847, em média, após o mestrado. Estes salários advertem os candidatos que querem trabalhar apenas com docência (sem outros vínculos) após o mestrado, pois os respondentes já auferiam R\$4.746, em média, antes do mestrado (mercado de trabalho e docência). Este é um fator negativo e desvalorizador da carreira docente, além disso, a média salarial atual dos respondentes (mercado de trabalho e docência) é R\$ 6.983. Apesar disso, os mestres ganham mais, em média, do que enquanto eram graduados, em média. Para quem já atuava no mercado de trabalho, sair e atuar somente como professor é um privilégio de poucos e inviável financeiramente, na média, para os respondentes. Estas constatações convergem parcialmente com as de Lordêlo e Verhine (2001), pois os resultados daquela pesquisa demonstraram que os cursos são ótimas opções de investimento para o mercado de ensino

superior, com exceção dos profissionais que têm dedicação parcial às instituições e múltiplos vínculos empregatícios. Na presente pesquisa múltiplos vínculos se mostraram melhores opções financeiras para os respondentes do que as demais (talvez pela gratuidade do curso na UFSC). Os resultados também sugeriram que há demanda por profissionais altamente qualificados (com pós-graduação), já que a maioria dos mestres possuía vínculo profissional fora do ensino superior e com salários melhores que os vínculos de docência, corroborando com os achados de Coates e Edwards (2011), na Austrália, e confirmando que o mestrado pode ser um catalisador da carreira profissional de graduados.

O bônus educacional calculado foi de 47% para o mestrado. Os resultados, porém, são inferiores aos encontrados por Martins e Monte (2009) onde a renda variou de R\$ 3.968,31 antes do mestrado para R\$ 7.486,97 após a titulação, representando um bônus educacional de 88,67%. Os resultados também são inferiores aos 84% divulgados pelo CGEE (2013). Salienta-se que nenhuma das pesquisas similares é capaz de comprovar que o mestrado é causador de aumento de renda expressivo, já que outros fatores como experiência profissional, doutorado e outras individualidades também podem alterar os salários. Anchora et al. (2011) em seus resultados previam um retorno em cerca de 15% no primeiro ano após a graduação, na Inglaterra. Na República Tcheca cerca de 12%, entretanto as expectativas desses retornos chegavam a 50% após 10 anos de experiência revelando que o mestrado pode não ser realmente o fator aumentativo de salários, devido a graduação e ao tempo de experiência profissional. Há outros fatores como custos de oportunidade, custos de atividades do mestrado e tempo de curso que não permitem sugerir que o mestrado é efetivamente um bom investimento financeiro. Assim, nessa pesquisa, sugeriu-se uma fórmula para que cada candidato ou mestre decida a viabilidade econômica da pós-graduação em contabilidade levando em consideração as individualidades e esses custos específicos de cada pessoa, bem como suas expectativas de retorno financeiro. Por fim, calculou-se a fórmula com os dados encontrados neste estudo, em média, para fins de comparação e de obtenção de parâmetros para candidatos, revelando que o custo-benefício financeiro do mestrado em contabilidade da UFSC foi positivo para os respondentes, em média, mas, com retorno financeiro real de 22,64% apenas, até a data da pesquisa. Sugere-se para futuras pesquisas, identificar a relação custo-benefício da graduação e do doutorado em contabilidade.

## Referências

- ANCHORA, J. R.; FISEROVA, J.; MARSIKOVAB, K.; URBANEKB, V. Student expectations of the financial returns to higher education in the Czech Republic and England: Evidence from business schools. **Economics of Education Review**, v.30, n.4, p.673-681, 2011.
- BARTH, T. G.; ENSSLIN, S. R.; REINA, D. R. M. Mestrado em contabilidade: uma investigação do perfil de pesquisador dos egressos. **Registro Contábil - RECONT**, v. 3, p. 18-37, 2012.
- BRASIL. CAPES/MEC. **Plano Nacional de Educação 2011 – 2020**. Ministério da Educação. Brasília-DF, 2012. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&id=16478&Itemid=1107](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=16478&Itemid=1107). Acesso em: 14 jul. 2013.
- CASTRO, C. de M. **A prática da pesquisa**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1977.
- CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS – CGEE. **Mestres 2012: estudos da demografia da base técnico-científica brasileira**. Brasília 2012, p. 24. Disponível em:

<http://www.cgee.org.br>. Acesso em: 03 mai. 2013.

COATES, H.; EDWARDS, D. The Graduate Pathways Survey: New Insights on Education and Employment Outcomes Five Years after Bachelor Degree Completion. *Higher Education Quarterly*, v. 65, n. 1, p. 74-93, jan. 2011.

CRAWFORD, R. **Na era do capital humano**: o talento, a inteligência e o conhecimento como forças econômicas. Seu impacto nas empresas e nas decisões de investimento. São Paulo (SP): Atlas, 1994.

CUNHA, J. V. A. **Doutores em Ciências Contábeis da FEA/USP**: análise sob a óptica da teoria do capital humano. 2007. 267 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

CUNHA, J. V. A. da; CORNACHIONE JR, E. B.; MARTINS, G. de A. Doutores em Ciências Contábeis da FEA/USP: análise sob a óptica da teoria do capital humano. *Revista de Administração Contemporânea*, n 3, p. 532-557, 2010.

FRENETTE, M. The overqualified Canadian graduate: the role of the academic program in the incidence, persistence, and economic returns to overqualification. *Economics of Education Review*, v. 23, n. 1, p. 29-45, 2004.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

KELLY, E.; O'CONNELL, P. J.; SMYTH, E. The economic returns to field of study and competencies among higher education graduates in Ireland. *Economics of Education Review*, v. 29, n. 4, p. 650-657, 2010.

LORDÊLO, J. A.; VERHINE, R. E. O retorno do investimento em mestrado e doutorado para professores universitários: uma avaliação econômica da educação pós-graduada. *Estudos em Avaliação Educacional*, São Paulo, n. 24, p. 165-186, 2001.

OECD INDICATORS. **Education at a glance 2012**. OECD Publishing. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1787/eag-2012-en>. Acesso em: 02 jul. 2013.

OLIVEIRA, C. R. **História do trabalho**. 4. ed. São Paulo: Geográfica, 2003.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SCHULTZ, Theodore W. **O valor econômico da educação**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

SILVA MARTINS, Orleans; MONTE, Paulo Aguiar do. Mestres em Ciências Contábeis: uma análise sob a ótica da teoria do capital humano. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)*, v. 3, n. 2, p. 1-22, 2009.

SMITH, A. **A riqueza das nações**: investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2009.